

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: Do virtual para a vida real.

Bianca Gomes da Costa¹

Letícia Veiga Vasques²

RESUMO

A Educação à Distância constitui numa modalidade de ensino que vem evoluindo concomitantemente ao desenvolvimento da educação e da própria humanidade. Presente na história da educação mundial e nacional desde o século XX, o Ensino à Distância promove a transmissão do conhecimento através da transposição de barreiras físicas, tornando este método mais acessível até mesmo economicamente à população que antes não conseguia atingir o direito mais elementar ao do conhecimento. O Ensino à Distância foi, por muitos anos, discriminado por grande parte da população, sobretudo no Brasil. Atualmente, com todo o desenvolvimento tecnológico disponível e com diversos estudos na área, a Educação à Distância ganhou um espaço na esfera acadêmica o qual não possuía antes. Contudo, muito ainda se observa no que diz respeito às possibilidades de avanço ainda possíveis e muito ainda se percebe na necessidade de mudança da mentalidade de docentes, discentes e de todos os envolvidos no cenário da educação superior contemporânea nacional, os quais ainda se veem resistentes com relação a este método de ensino-aprendizagem. Neste ensejo, este trabalho visa analisar a atual postura e condição do Ensino à Distância nas universidades, tomando como objeto de pesquisa o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL MG.

Palavras-chave: Ensino à Distância, Ensino Superior, Mentalidade, Resistências, Conquistas.

1. INTRODUÇÃO

Refletir a respeito do histórico da educação no Brasil e no mundo é reconhecer o

¹Bianca Gomes da Costa, Ciências Biológicas, Docência no Ensino Superior, bianca.gomes@hotmai.com

²Letícia Veiga Vasques, larissa.messias@unis.edu.br

processo evolutivo das práticas educacionais, as quais abandonaram a transmissão sistemática e burocrática de conhecimentos através da hierarquia que privilegiava a indubitável e inquestionável figura docente e que deram lugar às metodologias dialógicas, que priorizam a troca de conhecimentos e o aprendizado mútuo de todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem.

Os avanços e retrocessos aos quais foram submetidos o processo de ensino/aprendizagem ao longo dos anos no país e no mundo são produto da intensa demanda da sociedade e dos principais momentos sociais, econômicos e históricos.

Neste sentido, a Educação à Distância (EaD) surge discretamente no final do século XVIII, avançando pelo século XIX e ganhando maior expansão e visibilidade nos séculos XX e XXI, e promete oferecer um novo modelo educacional, preparado a contemplar os mais diversos grupos que buscavam a educação, tanto no Brasil como em todo o mundo. Esta modalidade surgiu para sanar conflitos da educação tradicional, também podendo ser encarada como uma crítica à mesma e uma resposta ao rápido desenvolvimento da sociedade.

Assim, o objetivo da educação à distância é a inclusão social de pessoas que, por dificuldades de acesso a quaisquer formas de ensino, encontram nesta modalidade educacional a solução para os seus problemas. Contudo, esta nova modalidade ainda desperta comentários divergentes entre os mais diversos estudiosos da área educacional, professores, alunos e da própria população. O descrédito ao aluno do ensino à distância, provindo do desconhecimento desta modalidade de ensino, faz com que a população brasileira, apesar do intenso desenvolvimento e das novas configurações da educação no país e no mundo, encarem o Ensino à Distância como sendo uma ferramenta deficitária.

Entretanto, a questão cultural a qual os cursos à distância estão submetidos afeta direta ou indiretamente no *modus operandi* destas instituições, colocando-as em situação de descrédito e, muitas vezes, passividade com relação à situação previamente imposta sobre a sua identidade.

Assim, este trabalho analisa a Educação à Distância, enfocando o Curso de Ciências Biológicas e tendo como objeto de estudo a realidade da Universidade Federal de Alfenas, suas dificuldades, a resistência da instituição, da comunidade acadêmica e quais as impressões das universidades acerca desta modalidade de ensino para cursos de graduação de atuação e intervenção teórico-prática. Tal abordagem é justificada com base na insuficiência das instituições de ensino superior no que diz respeito à oferta de cursos de graduação à distância,

sobretudo daqueles que exigem maior abordagem prática por parte dos alunos.

Ressalta-se a importância deste trabalho para as instituições de ensino superior que adotam a modalidade à distância para cursos de graduação, mais especialmente à Universidade Federal de Alfenas. O objetivo é esclarecer as dificuldades e amenizar os distanciamentos que ainda existem entre o ensino à distância e o seu objetivo central de ferramenta promotora de educação em quaisquer circunstâncias. Tal finalidade será alcançada através da revisão bibliográfica, pesquisa e estudo de caso, realizado no universo do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alfenas.

2. EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE

O homem é um ser pedagógico e o ato de aprender e ensinar estão presentes na espécie humana desde as primeiras interações estabelecidas entre o ser humano, o meio em que vive e os demais seres. A educação nasce a partir da racionalidade humana e está direta e indiretamente condicionada à evolução das sociedades e o desenvolvimento desta, por sua vez, está intimamente relacionado às práticas pedagógicas estabelecidas. A sociedade está em constantes transformações, pois, sendo condicionada ao desenvolvimento da humanidade e às práticas pedagógicas inerentes ao ser humano, acompanha a frequente produção teórica, tecnológica e intelectual da sociedade humana, atendendo às constantes precisões urgentes e inacabáveis da sociedade e servindo como pano de fundo para as futuras mudanças passíveis de surgimento. Segundo reforçado por Pedroza (2011), a educação, passa a ter a necessidade de mudanças para adequar-se às demandas da sociedade contemporânea visando atender seus objetivos e expectativas educacionais e de mercado de trabalho.

O enfoque pelo autor, assim como a literatura, ressalta a necessidade de analisar a educação como uma ferramenta em constante desenvolvimento, sendo que as práticas educacionais, que se deram com eficácia ontem, hoje talvez não sejam mais suficientes.

2.1. A evolução e o desenvolvimento das práticas educacionais no Brasil: síntese

A história das práticas educacionais em território brasileiro foi, desde o início, marcada por meio de ações que visavam a imposição de pensamentos e traços culturais preestabelecidos por uma classe dominante em detrimento de uma classe inferior ou facilmente influenciável, não detentora do saber delegado a uma pequena parcela privilegiada da sociedade. (Consoline, 2010)

Tal postura dominante prevaleceu até meados do século 20 e passou a apresentar modificações com a Revolução Industrial, a urbanização, a demanda por mão-de-obra qualificada, o desenvolvimento dos meios de produção e de pensamento e a redefinição da legislação brasileira. (Consoline, 2010, pág. 12).

Na transição de uma sociedade oligárquica para urbano-industrial, redefiniram-se as estruturas de poder, e o esforço para a industrialização resultou em mudanças substantivas na educação. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde, em 1930; estruturou-se a universidade pela fusão de várias instituições isoladas de ensino superior; criou-se o sistema nacional de ensino, até então inexistente. A Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis. Foram regulamentadas as formas de financiamento do ensino oficial em cotas fixas para a Federação, os Estados e os Municípios, fixando-se ainda as competências dos respectivos níveis administrativos. Implantou-se a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, e o ensino religioso tornou-se optativo. Parte dessa legislação foi absorvida pela Constituição de 1937, na qual estiveram presentes dois novos parâmetros: o ensino profissionalizante e a obrigação das indústrias e dos sindicatos de criarem escolas de aprendizagem, na sua área de especialidade, para os filhos de seus funcionários ou sindicalizados. Foi ainda em 1937 que se declarou obrigatória a introdução da educação moral e política nos currículos. Assim, a década de 30 é, portanto, marcada pela transição da sociedade Oligárquica para Urbano-industrial. E este novo momento exigia da sociedade que se formasse mão-de-obra qualificada para trabalhar nas fábricas e indústrias. (CONSOLINE, 2010, pág. 12).

Ainda segundo a autora, com o fim da Segunda Guerra Mundial, surgiu a nova e latente necessidade de que se fizessem novas estruturas na legislação nacional, propostas na Constituição de 1946. Tais transformações foram elucidadas entre as décadas de 50 e 60, com o aumento no número de alunos alfabetizados e com a aprovação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 4024. (Consoline, 2010, pág. 12)

Contudo, ainda que as transformações fossem visíveis e os avanços fossem consideráveis, a educação brasileira apresentava um baixo rendimento interno, sendo ainda seletiva no que diz respeito ao número de alunos que, atingindo a educação básica, conseguia chegar ao ensino médio e superior. Segundo as estatísticas da Educação Nacional do Ministério da Educação, levantadas entre os anos de 1960 e 1971, de 1000 alunos ingressos no Ensino Primário, somente 56 ingressavam no Ensino Superior. Foi na década de 70 que houve a reorganização nos níveis escolares, na qual foi prolongado o tempo de permanência do aluno no Ensino Fundamental para oito anos. A Constituição de 88, apoiada pelas modificações e adaptações ocorridas nos anos anteriores, é a legislação que, associada à LDB de 1996, melhor regulamenta a educação tal qual se apresenta hoje. (Consoline, 2010).

Tal descritivo do histórico da educação no Brasil enfatiza a evolução da educação segundo a evolução da sociedade brasileira, que, apesar de ainda ser passível de melhorias e

transformações, muito já avançou até que chegasse na atualidade.

2.2. A trajetória do Ensino Superior no Brasil

As primeiras universidades são recentes, datando da década de 30. (Santos e Cerqueira, 2009, pág. 3). Contudo, de acordo com os autores, como todo início das práticas pedagógicas instaladas no Brasil, a implantação do Ensino Superior no país visava a formação de advogados, engenheiros e médicos, uma educação destinada à elite.

Foi entre os anos de 1889 e 1918 surgiram as primeiras diferenciações entre universidades públicas e estaduais, com o surgimento de 56 novas instituições de ensino superior somente neste período.

Entre 1889 e 1918 foram criadas no Brasil 56 novas escolas superiores, a grande maioria privada. Era assim dividido o cenário da educação naquele momento: de um lado, instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público, e, de outra, iniciativas de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior. Desses, alguns contaram com o apoio dos governos estaduais ou foram encampados por eles, outros permaneceram essencialmente privados. (Idem, p. 201). (SANTOS E CERQUEIRA, 2009, pág. 3).

Na década de 30, com o governo de Getúlio Vargas, as instituições de ensino superior, que já atingiam níveis maiores de expansão apesar de ainda discretos, foram instituídas à Universidades e, para estas, foram definidas um formato legal. Contudo, tal ato ainda carecia análises e revisões.

Certamente, temos a considerar que o ensino superior no Brasil iniciou sua organização mais sistemática a partir de 1934 com a fundação da Universidade de São Paulo. Evento este, que representa uma condição de história recente no cenário educacional. Contudo, não podemos deixar de registrar que o pós-guerra colocou o Brasil numa condição de país que mais expandiu seu sistema de educação, não apenas do nível básico, mas também da educação superior. (FRANCO, 2008, pág. 54).

Na década de 60, com a implantação da LDB, a expansão do ensino superior e o conteúdo programático das instituições de ensino superior passou a ser controlado. Simultaneamente, os movimentos estudantis lutavam pela ampliação de vagas nas instituições de ensino públicas e gratuitas. Tais movimentos foram duramente reprimidos e eliminados durante o regime militar.

Franco (2008, pág. 54) reforça o posicionamento da expansão no ensino superior:

Este processo de expansão foi acompanhado pela ampliação de vagas, mudanças no perfil da população atendida e, conseqüentemente, de construção de alternativas metodológicas e organizativas desta etapa educacional no país, e a definição de sua inserção no mercado, em que se pese a agressiva influência política entre as décadas de 1960 e 1970 até o início dos anos 1980, quando a maioria das

instituições de ensino superior seria originada do setor privado. (FRANCO, 2008, pág. 54).

O que era crescimento na década de 70 virou decadência e estagnação nos anos 80, com a instituição da nova legislação de 88 e com a transição econômica e política na qual o país passava. A crise econômica dos anos 80 afetou, principalmente, o setor privado, que passou a criar novas alternativas a fim de vencer a competitividade por alunos, estabelecida com outras instituições privadas, e a adequar seu sistema de ensino às novas realidades.

No período, verificou-se uma expansão dos cursos noturnos, que, dentre outros objetivos, são criados para atender a uma nova demanda. Concentra-se no setor privado e se revela numa oportunidade “mais fácil” de ingresso em setores da sociedade já inseridos no mercado de trabalho, impossibilitados de frequentar cursos diurnos. Em 1986, 76,5% das matrículas no ensino superior se concentravam no setor privado. As universidades federais resistiam à implementação de cursos noturnos, com um percentual de apenas 16% das matrículas. Começa uma grande competitividade entre as instituições privadas, provocadas, principalmente, pela escassez de candidatos, no que as universidades e os grandes estabelecimentos levam vantagem em relação às faculdades menores. (SANTOS E CERQUEIRA, 2009, pág. 6).

Os autores acima ressaltam o histórico. Nos anos 90, a LDB de 1996, surge no cenário educacional com vistas a instituir, conceituar e normatizar o ensino superior no país, colocando-o como obrigatoriamente uma ferramenta elencada entre o ensino e a pesquisa, além de determinar as práticas de renovação periódicas de reconhecimento de cursos através dos “Provões” e da criação de outras ferramentas que visassem à organização da situação acadêmica do Brasil.

Nos anos 2000, com a chegada do Governo Lula, o momento foi de análise e de reestruturação das Instituições de Ensino Superior públicas e das instituições de programas que viriam aumentar o ingresso de estudantes no nível superior, tal como o PROUNI, que veio para favorecer estudantes não somente provindos de classes mais abastadas, mas veio com a promessa de um programa estudantil mais abrangente no que tange as classes econômicas. Atualmente, as instituições de ensino superior tiveram ganhos maiores ainda com as instituições de novas políticas públicas, tais como Hospitais Universitários, Programa de Educação Tutorial (PET), Programas de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT), Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), dentre outros.

O Ministério da Educação, em pesquisa realizada, apontou o considerável crescimento dos Cursos Superiores no Brasil em todas as esferas.

Tabela 1: Crescimento do número de estudantes no Ensino Superior em função dos anos.

(2005)

Ano	Setor Público – vagas	Setor Público - %	Setor Privado – vagas	Setor Privado - %	Total
1933	18.986	56,3	14.737	43,7	33.723
1945	21.307	51,6	19.969	48,4	41.275
1965	182.696	56,2	142.386	43,8	325.082
1985	556.680	40,7	810.929	59,3	1.367.609
2004	1.178.328	28,3	2.985.405	71,1	4.163.733

Fonte: MEC – Censo INEP 2005.

Citado por Franco, 2008, pág. 54

A tabela assim reforça o crescimento no número de estudantes na medida em que os anos avançaram, demonstrando o maior acesso ao ensino superior.

2.3 A educação à distância no Brasil

A evolução da Educação à Distância é fortemente difundida na literatura científica e, hoje, chega ao conhecimento de muitos estudiosos, acadêmicos e profissionais envolvidos com as práticas pedagógicas, sendo, ainda, alvo de intensos estudos. A respeito deste tema, Alves (2011), em seu trabalho, realizou um levantamento com os principais momentos históricos e marcantes da Educação à Distância no país, citando Maia e Mattar, 2007; Marconcin, 2010; Rodrigues, 2010; Santos, 2010.

A educação à distância no Brasil tem sua origem no século XX e teve início com os cursos profissionalizantes por correspondência, cursos de Português, Francês e Literatura por Rádio e Telefonia e do primeiro instituto a oferecer cursos por correspondência: O Instituto Monitor de São Paulo. (Alves, 2011, pág. 88). Ainda segundo a autora, mais tarde, na década de 40, foi também fundado o Instituto Universal Brasileiro, que também oferecia, juntamente ao Instituto Monitor, cursos profissionalizantes.

Entre as décadas de 40 e 60, segundo os autores supracitados, cresceram também as Universidades do Ar, escolas radiofônicas nas quais os alunos ouviam as aulas, estudavam nas apostilas e corrigiam os exercícios com os monitores. Estas universidades tinham o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Social do Comércio (SESC). Na década de 70, a educação à distância por rádio era utilizada para o letramento e a inclusão social de adultos. (Alves, 2011).

No final da década de 70, a Universidade de Brasília, difundindo cursos por revistas e jornais, foi a primeira instituição de ensino superior a instituir tal prática, atividade que, no

final da década de 80, criaria o Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD). (Alves, 2011)

A década de 90 foi fortemente caracterizada pela criação de vários órgãos, que objetivavam sistematizar e organizar a educação à distância. Maior ainda foi a difusão da Educação à Distância televisiva, na qual teve o programa “Jornal Educação”, transmitido pela TV Escola (um canal educativo da Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação) em parceria com a Fundação Roquete-Pinto, como seu principal marco do início da década, programa este direcionado à formação continuada e ao aperfeiçoamento de professores. (Alves, 2011)

Dentre este acontecimento, a criação da Universidade Aberta de Brasília, do Centro Nacional de Educação à distância e da Secretaria de Educação à Distância (SEED) também foram importantes momentos da história da educação à distância no Brasil e de sua evolução. Nesta década, também, a Educação à Distância é oficializada no país através da LDB de 1996, que dava a esta modalidade de ensino as bases legais necessárias para o seu reconhecimento. (Alves, 2011)

A partir da Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para todos os níveis de ensino (LDB), o ensino a distância, conforme dispõe o parágrafo 4º, do inciso IV, do artigo 32, passa a ser definido como uma modalidade utilizada para “complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”; e segundo o inciso 2, do artigo 87, cada município deve ser responsável por “prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados.” (MUGNOL, 2009, pág. 345).

Nos anos 2000, os cursos de graduação, pós graduação e extensão passaram a compor o quadro e a história da educação à distância brasileira, acontecimento que ocorreu em consonância com novas tecnologias, como a informática, na criação de plataformas de ensino para cursos à distância. (Alves, 2011).

O Plano Nacional de Educação, exigido pela LDB e que passou a vigorar em janeiro de 2001, com a aprovação da Lei 10.172/01, no capítulo que aborda a educação a distância e as Tecnologias Educacionais, refere-se a essa modalidade de ensino “como um meio auxiliar de indiscutível eficácia” para enfrentar “os déficits educativos e as desigualdades regionais”. (MUGNOL, 2009, pág. 345).

Em 2005, a Universidade Aberta do Brasil, que surgiu com o objetivo de unir o Ministério da Educação aos Estados e Municípios para integrar as práticas pedagógicas, associou cursos e pesquisas em graduação à distância. Nos próximos anos, a Educação à Distância continuou a ser amplamente pesquisada, regulamentada, supervisionada e avaliada. (Alves, 2011)

O Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, estabeleceu o reconhecimento no sistema oficial de ensino dos cursos ofertados na modalidade por Instituições credenciadas pelo MEC. Com isso expande-se o processo de produção de conhecimento acerca da EAD no Brasil e novos projetos de cursos começam a ser

desenvolvido, propondo-se inicialmente a atender interesses e necessidades específicas de formação de professores da Educação Básica e da Educação Superior. (MUGNOL, 2009, pág. 345).

Este tipo de educação, com ares de inclusão social e educacional, tem sido cada vez melhor encarado como uma modalidade que visa agregar ao ensino presencial. Mugnol (2009, pág. 344) elucida o caráter inclusivo do ensino à distância, afirmando que, na base do desenvolvimento da educação a distância, tem-se a preocupação constante com o acesso a educação de quem não teve a oportunidade de estar presente na escola no tempo e no espaço considerados ideais para a educação escolar presencial.

Este posicionamento acerca da Educação à Distância, ora otimista, ora pessimista, é reforçado por Mugnol (2009, pág. 345) em seu estudo, quando enfatiza:

A entrada do século XXI caracterizou o fim das iniciativas particularizadas no campo da EAD. Deu início a uma era de amplos debates sobre esta modalidade, muito embora uma parte significativa da comunidade educacional continue considerando-a como uma modalidade diminuída de ensino e sem qualidade suficiente para ser equiparada à educação presencial.

As controvérsias a respeito da educação à distância e de seu papel na sociedade brasileira trazem à tona que muito ainda há que se discutir a respeito deste assunto e que ainda é grande a necessidade de que seja instalada nas instituições de ensino superior a cultura facilitadora, social e humanizadora desta modalidade de ensino, que promete trazer uma nova opção de ensino superior, adicionando valores aos propósitos educativos previstos nas legislações para a realidade do Ensino Superior brasileiro.

2.4 Educação à distância: avanços e obstáculos

Na literatura científica, muitos estudiosos enfocam e conceituam a Educação à Distância sob diferentes pontos de vista.

Em 2005, a Constituição Brasileira, através do Decreto nº 5.622 de 19 de Dezembro de 2005, conceituou oficialmente a Educação à Distância como o modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (Alves, 2011). Segundo os autores, este Decreto é, ainda, complementado com o primeiro parágrafo deste mesmo artigo, o qual enfatiza a obrigatoriedade de avaliar os estudantes desta modalidade de ensino, bem como a realização de estágios obrigatórios, a defesa de trabalhos de conclusão de curso e a execução de atividades laboratoriais presenciais, quando for o caso.

Apesar do progresso recente da educação a distância, muitos dos seus principais pontos estratégicos ainda não foram discutidos com a profundidade necessária. Pode-se destacar como pontos ainda controversos na EAD, os seus objetivos, a forma de transmissão, os provedores da tecnologia, a população-alvo dos cursos ofertados, a formação e organização dos projetos pedagógicos, os

métodos de avaliação de aprendizagem, entre tantos outros. São também carentes de regulamentação o sistema de acompanhamento do aprendizado dos alunos, a formação dos professores, as diferentes metodologias utilizadas, a avaliação do resultado do processo de ensino aprendizagem, os critérios de credenciamento de novas instituições e autorização de novos cursos, entre outros. (MUGNOL, 2009, pág. 337).

Entretanto, apesar de muito ainda ter que se colocar em discussão a respeito, muito a Educação à Distância já avançou e evoluiu com as práticas educacionais, o avanço industrial e o desenvolvimento tecnológico, ocupando lugar de destaque no cenário educacional mundial contemporâneo. Tal atitude, que sempre põe em evidência e reconhece o Ensino à Distância como igual modalidade de ensino, faz com que a temática seja constante e amplamente difundida no meio acadêmico, sendo alvo de intensas produções acadêmicas e científicas e proporcionando um crescimento cada vez maior à mesma.

A estrutura administrativa da EAD, criada pelo Ministério da Educação (MEC), com a criação de uma secretaria específica para EAD, manuais de avaliação e regras próprias para credenciamento de Instituições, autorização e reconhecimento de cursos, tem feito com que a educação a distância se desenvolva em paralelo com a Educação Presencial. (MUGNOL, 2009, pág. 342).

Neste sentido, a literatura aponta, dentre os aspectos positivos do ensino à distância, a facilidade e a flexibilidade no que diz respeito ao tempo, adequação do ensino superior ao aluno já ingresso no mercado de trabalho, maior facilidade de acesso ao ensino superior pelas classes menos favorecidas economicamente, pequena necessidade de locomoção e a manutenção da qualidade do ensino independentemente do número de alunos.

A EaD, como política pública, trouxe um aumento significativo na oferta de vagas no ensino superior brasileiro, transformando o cenário da educação no país, possibilitando pessoas desprivilegiadas geograficamente a estudar, com uma educação gratuita e de qualidade, ofertada por IPES. Segundo o MEC e AbraEAD (2008) a EaD vem crescendo em margens que superam 30% ao ano. O impacto da modalidade a distância vem atingindo todos os níveis de educação, dando as pessoas acesso ao conhecimento e mudando o modelo pedagógico usado nas IES, utilizando às TIC não só nos cursos a distância, mas também no ensino presencial, como espaço de formação. (BITTENCOURT E MERCADO, 2014, pág. 468).

Com o modelo já conhecido e costumeiro dos moldes pedagógicos preestabelecidos, a Educação à Distância vem confrontar os defensores da educação tradicional, pois, além de apresentar um método novo de ensinar e aprender, leva as instituições de ensino superior à constante readequação à modalidade de ensino em gradual e rápido desenvolvimento.

A distância física entre professores e alunos, a comunicação com o uso da mídia, são inovações trazidas pela EAD que se constituem num desafio para as instituições de ensino. Exigem investimentos em tecnologia avançada para a mediação e ao mesmo tempo mudança na cultura dos professores e alunos que tem como parâmetro o modelo pedagógico presencial, caracterizado pela presença física de professores e alunos num mesmo tempo e espaço. (MUGNOL, 2009, pág. 338).

Ao mesmo tempo, o Ensino à Distância instiga mais do que somente as instituições de ensino: alunos e professores também necessitam assumir diferentes posturas para que consigam se adequar ao proposto.

A existência de materiais didáticos de qualidade para a educação a distância, a mediação tecnológica dos meios de comunicação e informação, são atributos que se colaboram para o bom desempenho do papel do professor. Aos alunos são atribuídas maiores responsabilidades sobre a própria formação, traduzida esta, em maturidade intelectual para estudos individuais e disciplina para o cumprimento das tarefas propostas pelos professores. (MUGNOL, 2009, pág. 340).

Ainda dentro do imprescindível papel participativo do aluno e proativo do professor dentro do processo de ensino-aprendizagem na modalidade EAD, o autor enfatiza:

As oportunidades de aprendizagem, por sua vez, implicam na criação de meios pelos quais elas poderão acontecer efetivamente, e no caso da EAD os principais meios a serem considerados são: comprometimento e responsabilidade do aluno, orientação e apoio dos professores disponível em todos os momentos, a utilização compartilhada de métodos e meios de transmissão das informações, o respeito às diferenças individuais com a utilização de métodos capazes de respeitar o ritmo da aprendizagem de cada estudante. (MUGNOL, 2009, pág. 340).

Landim (1997, pág. 14) enfatiza, contudo, que a educação à distância infere o estudo autodidata, sem que, para isto, o aluno esteja só, dada a importância da interação com seus instrutores, o constante apoio e o diálogo frequente entre todos os envolvidos.

Contudo, apesar de inúmeros fatores que venham complementar ou apontar traços vantajosos da Educação à Distância em relação ao ensino presencial, a desistência definitiva de muitos alunos na realidade desta nova modalidade de ensino ainda alarma pesquisadores e estudiosos a respeito do tema, pondo em questão possíveis relações de solução-problema que levem a este quadro.

A evasão refere-se à desistência definitiva do estudante em qualquer etapa do curso e a mesma pode ser considerada como um fator frequente em cursos a distância, conforme afirmado em diferentes artigos. O sucesso de um curso pode ser influenciado por fatores como: uma definição clara do programa, a utilização correta do material didático, o uso correto de meios apropriados que facilitem a interatividade entre professores e alunos e entre os alunos e a capacitação dos professores. Além desses pontos, a evasão pode também ser influenciada por necessidades individuais e regionais e pela avaliação do curso. Dessa maneira, a análise desses fatores pode ser uma ação preventiva na redução da evasão na EaD. (SANTOS *et.al.*, 2008, pág. 2).

Ainda segundo os autores, causas como a falta de interação com o professor e instrutores, dificuldade no uso das tecnologias, ausência de reciprocidade na comunicação, falta de agrupamento físico de pessoas, alto custo, incertezas a respeito do auto comprometimento com as atividades solicitadas, baixa autoestima, problemas pessoais, poucos encontros presenciais, problemas socioeconômicos e diversas disciplinas com reprovações estão entre os principais fatores que proporcionam a evasão acadêmica nos cursos à distância, segundo levantado pelo estudo e elencado por outras pesquisas realizadas no tema.

Entre os fatores ligados ao aluno e ao seu contexto, estão os seguintes: falta

de tempo, dificuldades financeiras, falta de condições de estudo no local de trabalho, problemas relacionados ao trabalho, falta de condições de estudo em casa, razões pessoais ou domésticas, dificuldade para deslocar-se até o local destinado a encontros presenciais, falta de habilidade para administrar o tempo de estudo, falta de habilidade para conciliar as atividades concorrentes com as tarefas exigidas pelo curso, falta de experiência como aluno em cursos a distância, dificuldade para redigir textos e mensagens, falta de habilidade para utilizar recursos da internet, problemas com a tecnologia (falta de habilidade para realizar downloads de documentos e recursos de áudio e vídeo e para utilizar os recursos da internet), falta de suporte de outros alunos para atingir bons resultados de aprendizagem, não utilização de computador em outras tarefas, percepções equivocadas sobre a natureza e a complexidade do curso e baixa frequência de participação do aluno em atividades de interação com o tutor e colegas. (ABBAD, 2010, p. 294-295).

O cenário evasivo, além de focalizar a preocupação na diminuição do número de discentes da Educação à Distância e contribuir para a despopularização da modalidade, conduz as instituições de ensino a preocupações no que tange à manutenção destes cursos.

São vários os motivos pelos quais levam as instituições, sejam elas públicas ou privadas, a ter uma maior preocupação com o problema da evasão na EaD. De acordo com Motejunas et al. (2007), os problemas de cursos na EaD são: para o setor público, os recursos investidos sem o devido retorno; para o setor privado, importante perda de receita; para ambos os setores, fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e, em algumas situações, espaço físico. (BITTENCOURT E MERCADO, 2014, pág. 466).

O estudo autodidata, ao passo que proporciona o desenvolvimento intelectual e pessoal do aluno em vários âmbitos, também pode ser ferramenta de desmotivação por parte do mesmo. Segundo os autores Bittencourt e Mercado (2014), a possibilidade do estudo em ambientes diferentes da usual sala de aula proporciona que outros fatores concorram com o objetivo do estudo, tais como barulhos, distrações, telefones, vizinhanças e outros fatores.

Muitos alunos tendem a evadir de um curso na modalidade a distância por não estarem adequados e preparados para quebrar paradigmas educacionais. Para Peters (2004, p. 48), uma “mudança de paradigma na educação” poderia significar que na educação certos modelos ou padrões não existem mais porque novos modelos e padrões que diferem dos antigos de modo marcante os substituíram. (BITTENCOURT E MERCADO, 2014, pág. 470).

Estes elementos são contribuintes na dificuldade dos alunos na adaptação aos cursos da modalidade à distância. Isto contribui para um aumento ostensivo nas desistências nos cursos de graduação, pós graduação e extensão destas modalidades, aumentando as estatísticas de desistência discente logo nos primeiros anos ou semestres de curso.

2.5 A educação à distância e o curso de ciências biológicas na Unifal-MG.

Existente desde 17 de Fevereiro de 2005, o Centro de Educação Aberta e à Distância da Unifal-MG (CEAD Unifal) surgiu da necessidade de coordenar, supervisionar, assessorar e

prestar suporte técnico às atividades da Educação Aberta e à Distância (EAD) da Unifal-MG.

O CEAD Unifal abriga, dentre graduação e pós-graduação *latu senso*, os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Química, Pedagogia, Especialização em Gestão Pública Municipal e Especialização em Teorias e Práticas na Educação.

Os cursos contam, além das atividades *e-learning*, com encontros presenciais, organizados segundo a demanda e a dinâmica de atividades propostas. Tais oportunidades são oferecidas em Pólos de Apoio Presencial, distribuídos pelos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Aqueles que desejam ingressar em cursos de graduação à distância na UNIFAL-MG, devem realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), correspondendo às datas e prazos estabelecidos pelo Ministério da Educação através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A cada processo seletivo, a UNIFAL-MG seleciona 35 alunos para os cursos de graduação. Os números de vagas nos cursos de especialização *latu senso* são variáveis.

O Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na modalidade à distância abrigou a primeira turma no mês de Agosto do ano de 2009, a partir da qual toda a dinâmica curricular foi reestruturada, o projeto pedagógico construído e as práticas pedagógicas foram analisadas para a construção de um perfil pedagógico a ser compreendido e aplicado em futuras oportunidades.

Um ano depois do início da primeira turma do curso, foi elaborado e divulgado seu Projeto Político Pedagógico, o qual, juntamente às informações oferecidas pelo Portal CEAD da UNIFAL-MG, serviu como base para a elaboração deste trabalho.

2.5.1 A idealização do curso de Ciências Biológicas na UNIFAL-MG

O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na UNIFAL-MG foi idealizado e formalizado a partir de uma parceria estabelecida entre a UNIFAL-MG e a Fundação CECIERJ que, em um trabalho comungado às Universidades Públicas do Rio de Janeiro (Universidade Federal Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro), normatizou, em 2001, as atividades de Educação à Distância nos polos presenciais do Estado do Rio de Janeiro.

Pioneiro na estrutura consorciada no país para a oferta de EAD nos ensinamentos de graduação de Química, Física, Matemática e Biologia, tem contribuído significativamente nas diretrizes dessa modalidade no país, no que tange à produção de material didático, gerenciamento de cursos, organização de polos, sistema de avaliação, recuperação de discentes e redução de evasão dos Cursos de tal modalidade. O Cederj atua com 9 Cursos de Graduação à Distância e 34 polos de

apoio nos municípios cariocas. A experiência do grupo carioca convergiu na participação atual de suas lideranças administrativas na esfera federal. (Prof. Dr. Celso Costa, Diretor de Educação à Distância da UAB/DED/CAPES, e Prof. Dr. Carlos Eduardo Bielschowsky, Secretário de Educação à Distância UAB/DED/CAPES. (Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UNIFAL-MG, 2010, pág. 6).

Além disso, o Projeto Político Pedagógico do curso prevê parceria entre os municípios, constituindo as prefeituras dos Pólos de Apoio Presencial: A Prefeitura Municipal de Boa Esperança, a Prefeitura Municipal de Ilicínea e a Prefeitura Municipal de Formiga, cidades-pólo dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, modalidade à Distância.

A Universidade Federal de Alfenas, ao ofertar à comunidade tal curso, se dispõe a coordenar, disponibilizar o corpo docente, administrar o orçamento destinado à Universidade Aberta do Brasil, avaliar o funcionamento e as ações e de se responsabilizar pela formação acadêmica, elaboração de currículo, registro discente junto à universidade, oferecimento de tutoria, avaliação presencial e à distância e formação dos tutores.

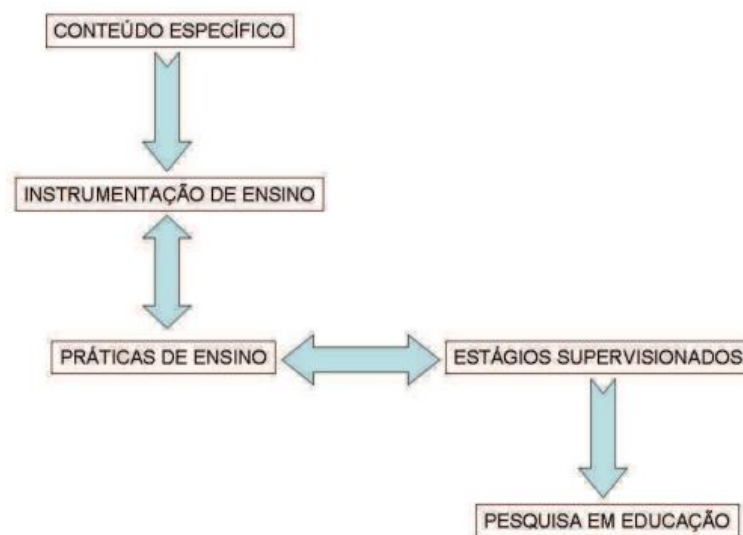
Na parceria, os municípios-sede dos encontros presenciais e mediadores da relação estabelecida entre o aluno e a universidade, ficam responsáveis por fornecer apoio físico, estrutural e de recursos humanos para os discentes, através da montagem e operacionalização dos polos, da participação na avaliação dos processos pedagógicos e da garantia do bom funcionamento do projeto.

O Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas conta com a carga horária de 3.627 horas, organizadas e disponibilizadas durante 10 semestres letivos. Os cursos são realizados em ambiente virtual, com encontros presenciais nos Pólos de Apoio Presencial ou na própria Universidade Federal de Alfenas, ambos contendo toda a estrutura necessária ao acontecimento das atividades.

Ao ser elaborado, o Projeto Político Pedagógico da instituição para o curso de Licenciatura em Ciências biológicas objetivava levar os universitários à compreensão das práticas educacionais como constituintes da sociedade, bem como favorecer a integração dos alunos, fornecer educação crítica e formativa, preparo para a resolução de problemas e valorizar a mentalidade científica. Em outras palavras, o curso foi criado com a finalidade de ofertar aos discentes a formação teórico-prática, auxiliando a interação do indivíduo com o meio em que vive.

O organograma abaixo, apresentado no documento do Projeto Político Pedagógico do curso, exemplifica o *modus operandi* do curso, bem como os caminhos trilhados a fim de alcançar os objetivos pretendidos.

Figura 1 – Eixo integrador proposto para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas a Distância pela UNIFAL – MG.



(Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas UNIFAL – MG, 2010, pág. 28).

A dinâmica curricular do curso sofreu duas alterações, sem mudança de carga horária. A primeira grade curricular (Tabela 1), elaborada e aprovada pelo Conselho Superior em Novembro de 2008, contava com 3.410 horas. A sua reformulação inclui 6% de Atividades Formativas (217 horas de Atividades Formativas), redistribuindo a carga horária original em 3.627h. A nova carga horária (Tabela 2) tem o objetivo de incluir disciplinas elementares, tais como estágio e pesquisa, à grade curricular, além de proporcionar uma dinâmica mais interdisciplinar, ao mesclar disciplinas de diferentes ordens e áreas de abordagem.

A avaliação das atividades e da frequência não é predominantemente no que tange às atividades presenciais, mas sim, no grau de assiduidade dos discentes. A frequência é contabilizada parte às atividades presenciais, parte ao cumprimento de atividades realizadas no ambiente virtual. Os métodos avaliativos, de maneira geral, são adequados a cada metodologia docente, sempre observando e respeitando o que é instituído pela Universidade Federal de Alfenas.

A modificação na Dinâmica Curricular do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas interferiu diretamente na turma de Agosto de 2009, à época recorrente e a qual serviu como base para elucidar este estudo. Contudo, apesar dos desencontros que tal alteração pudesse ocasionar, o Projeto Político Pedagógico do curso prevê que tais ações são passíveis de adequação por parte de acadêmicos e professores.

Com o remanejamento para a nova dinâmica do Curso, os alunos com

entrada em Agosto de 2009 (polo de Boa Esperança) deverão absorver a nova dinâmica com lacunas disciplinares específicas, porém passíveis de cumprimento de carga horária em outros períodos do Curso. Essa oferta poderá se concretizar de forma específica à Turma, ou generalizada, como para outras turmas e polos. (Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UNIFAL-MG, 2010, pág. 40).

Em nova alteração realizada após a elaboração deste documento, o CEAD UNIFAL-MG adotou o Sistema Moodle como novo Ambiente Virtual de Aprendizagem. Incorporado também a este sistema foi a Biblioteca Digital do Portal Domínio Público. Além disso, este ambiente também oferece ao aluno o sistema RNP de Webconferência, uma ferramenta de vídeo aula que permite o bate-papo simultâneo entre os alunos, professores e tutores participantes.

2.6 A turma de Agosto de 2009 do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas

O problema de pesquisa deste artigo conduz à análise e problematização da Educação à Distância enquanto nova modalidade e ferramenta difusora do conhecimento, bem como o seu grau de receptividade diante da instituição de ensino superior e de todos os atores envolvidos. Analisa o contexto histórico para que seja possível chegar a uma possível conclusão dos obstáculos ainda enfrentados, apesar de seus inúmeros benefícios para a comunidade científica e acadêmica, quando se contempla tal metodologia de ensino-aprendizagem.

Para tanto, utiliza como cenário o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alfenas de Minas Gerais, tendo como objeto de pesquisa as experiências positivas e negativas vivenciadas através da turma de Agosto de 2009, demonstrando as conquistas e resistências vivenciadas por estes alunos, as quais refletiram intimamente nas turmas subsequentes.

A turma de Agosto de 2009 do Curso foi a primeira turma oficial abrigada pela Universidade Federal de Alfenas para o programa de ensino-aprendizagem em Licenciatura em Ciências Biológicas na modalidade à distância no polo de Boa Esperança, juntamente com a turma que também iniciava neste mesmo mês e ano para o curso de Licenciatura em Química na modalidade à distância para o polo de Campos Gerais.

A turma passou por um processo seletivo, realizado em fase única e dividida em dois dias distintos. Neste processo, a Universidade Federal de Alfenas selecionou 35 alunos, um grupo heterogêneo em termos de idade e grau de escolaridade. O processo seletivo utilizado à época ainda consistia no usual exame de vestibular, tendo atualmente sido adaptado conforme

as determinações do Ministério da Educação.

Por ter sido a primeira turma de ingresso, serviu de análise e experiência para que a Instituição de Ensino pudesse aplicar o previsto no Projeto Político Pedagógico do curso, fazendo as alterações possíveis e cabíveis e utilizando-as para a obtenção de melhores resultados nesta e nas posteriores turmas.

Como pontos interessantes a serem ressaltados, esta turma abrigou as primeiras alunas a realizarem projeto de pesquisa científica, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com bolsa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), oportunidade ofertada à turma através da Universidade Federal de Alfenas.

Os alunos tinham acesso livre às dependências da UNIFAL-MG, e usufruíam de todos os benefícios dedicados aos estudantes do Ensino Presencial, embora a sua restrita convivência com os mesmos tornasse a experiência da Educação à Distância um fator paralelo ao Ensino Presencial.

O fator desfavorável com relação à turma de análise foi o grande grau de evasão: de 35 alunos ingressantes, somente 6 alunos concluíram a graduação entre os meses de Agosto e Novembro de 2014, demonstrando um total de 82,9% de alunos evadidos na primeira turma. Do restante dos discentes, uma pequena parcela continua ativa no curso, cursando disciplinas de dependência, e os demais desistiram.

Tal estatística vem reforçar o que já foi defendido neste mesmo trabalho a respeito das variáveis que fazem com que a Educação à Distância cause tanta estranheza entre alunos ingressantes e resulte em tantas evasões.

A turma, que enfrentou diversas situações de transição durante o curso, também precisou enfrentar a resistência de parte da comunidade acadêmica no que diz respeito à fase de aceitação e adaptação do novo método aplicado ao ensino de Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alfenas, bem como a interação com tutores e com o ambiente virtual de aprendizagem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação à Distância constitui um enorme ganho para a esfera pedagógica no Brasil e no mundo, sendo hoje encarada como uma ferramenta que visa encurtar as distâncias, diminuir as resistências, sanar as barreiras e proporcionar ensino de qualidade para todos os discentes ingressantes nesta modalidade de ensino.

Contudo, muito ainda há que se caminhar e que se alcançar com tal método, visto que esta novidade ainda causa muita estranheza e ainda não conseguiu o espaço merecido nas

instituições de ensino superior públicas ou privadas.

As tecnologias de ensino vêm acrescentar valores à educação à distância. Contudo, muitos alunos ainda não se encontram preparados para lidar com elas e muitos professores ainda não demonstraram abertura por estas novas metodologias de ensino-aprendizagem, fazendo com que estes métodos, ao invés de atuarem como facilitadores do processo pedagógico, sejam vistos como responsáveis por aumentar as distâncias.

Neste sentido, como instituições de ensino superior, professores e alunos, dever-se-ia abrigar o Ensino à Distância e encará-lo como a ferramenta que veio para complementar as metodologias utilizadas no ensino presencial, não limitando a educação à presença física, mas às atitudes de comprometimento e envolvimento com o objetivo pedagógico por parte de todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

Distance education is an educational modality that has been evolving concurrently with the development of education and of humanity itself. Present in the history of world and national education since the twentieth century, the Distance Learning promotes the transmission of knowledge by translating physical barriers, making this method more accessible even economically the population that previously could not reach the most elementary right to the knowledge. The Distance Learning was, for many years, broken down by much of the population, especially in Brazil. Today, with the technological development and available to several studies in the area, distance education has gained a place in the academic sphere which lacked. However, much is still observed with regard to the advancement possibilities still possible and still realize the need to change the mindset of teachers, students and everyone involved in the setting of national contemporary higher education, which still find themselves resistant with regard to this teaching-learning method. In this opportunity, this paper analyzes the current position and condition of the Distance Education in the universities, taking as a research subject the Degree in Biological Sciences at Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL MG.

Keywords: Distance Learning, Higher Education, Mental, resistors, achievements.

4 REFERÊNCIAS

ABBAD, G.S.; ZERBINI, T.; SOUZA, D. B. L. **Panorama das pesquisas em**

educação a distância no Brasil. In: Estudos de Psicologia, 15(3), setembro/dezembro/2010. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2011.

ALVES, L. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** Associação Brasileira de Educação à Distância. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, v.10, p. 83-92

BITTENCOURT, I.M. MERCADO, L.P.L. **Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 465-504, abr./jun. 2014

CONSOLINE, M.F. **O fracasso escolar como consequência da negligência da família no processo de ensino aprendizagem.** Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, RJ. 2010.

FRANCO, A.P. **Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições.** Jornal de Políticas Educacionais. N° 4 | Julho–Dezembro De 2008, São Paulo, SP | pp. 53–63

LANDIM, C. M. das M. P. F. **Educação a distância: algumas considerações.** Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1997.

MAIA, C.; J. MATTAR. **ABC da EaD: a Educação a Distância hoje.** 1. ed. São Paulo: Pearson. 2007

MARCONCIN, M. A. **Desenvolvimento histórico da Educação a Distância no Brasil.** 2010.

MUGNOL, M. **A Educação a Distância no Brasil: Conceitos e fundamentos.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009

PEDROZA, S. **A evolução da educação: necessidade de uma nova gestão escolar.** Universidade Estácio de Sá. XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, em São Paulo. Rio de Janeiro, 2011.

Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UNIFAL-MG. Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, MG. 2010.

RODRIGUES, M. Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <http://www.vestibular.brasilecola.com/ensino-distancia/universidade-aberta-brasil.htm> . Acesso em: 10 maio 2010

SANTOS, A.P. CERQUEIRA, E.A. **Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes.** IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, SC. 2009.

SANTOS, E.M. *et.al.* **Evasão na Educação a Distância: Identificando causas e propondo estratégias de prevenção.** 14º Congresso Internacional ABED de Educação a

Distância. Santos, SP. 2008

SANTOS, P. SEED – Secretaria de Educação a Distância. Disponível em: <http://www.moodle.ufba.br/mod/forum/discuss.php?d=11962>. Acesso em: 10 maio 2010.